



UC/FPCE — 2016

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**O impacto psicológico da exposição a violência conjugal em adolescentes: estudo qualitativo com jovens acompanhados no âmbito de processo de promoção e proteção**

Juliana Filipa Araújo da Silva (juliana.fasilva@live.com.pt)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, sob a orientação do Professor Doutor Eduardo João Ribeiro Santos



*Para ser grande, sê inteiro: nada*

*Teu exagera ou exclui.*

*Sê todo em cada coisa. Põe quanto és*

*No mínimo que fazes.*

*Assim em cada lago a lua toda*

*Brilha, porque alta vive.*

*- Ricardo Reis*



## **Resumo**

### **O impacto psicológico da exposição a violência conjugal em adolescentes: estudo qualitativo com jovens acompanhados no âmbito de processo de promoção e proteção**

O objetivo do presente estudo foi realizar uma análise mais profunda das consequências da exposição de adolescentes a violência conjugal entre os progenitores, que não foram vítimas de mau trato direto, através de cinco estudos de caso. Os participantes foram sete jovens acompanhados na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos. Foram consultados os processos de promoção e proteção, de modo a compreender o contexto psicossocial da família, bem como a sua história pessoal. Foram também utilizados instrumentos psicométricos destinados a avaliar o funcionamento cognitivo (Matrizes Progressivas de Raven), personalidade (EPQ-Junior), autoconceito (PHSCS), ansiedade (STAIC – c-2) e depressão (CDI). Foram observados alguns dos efeitos descritos na literatura, sendo possível concluir que a consequência mais evidente, transversal a todos os participantes, é o insucesso escolar. Verificaram-se também comportamentos desajustados decorrentes de padrões de vinculação inseguros.

**Palavras-chave:** exposição a violência conjugal, estudo de caso, adolescência, maus-tratos psicológicos

## **Abstract**

### **Psychological impact of exposure to marital violence in teenagers: qualitative study with youngsters accompanied by child protective services**

The aim of this study was to make a deeper analysis about the consequences of exposure of teenagers to marital violence between their parents, that were not themselves victims of direct maltreatment, by five case studies. The participants were seven teenagers accompanied by child protective services of Matosinhos. Promotion and protection processes were consulted, in order to understand the family psychosocial context and their personal history. Were also used psychometric instruments destined to assess cognitive functioning (Raven Progressive Matrices), personality traits (EPQ-junior), self-concept (Piers-Harris Children's Self-Concept Scale), anxiety (STAIC-C) and depression (CDI). Some of the effects pointed on literature were observed, with the most evident consequence, that was transversal to all of the participants, being school failure. Unadjusted behaviors due to insecure attachment patterns were also noted.

**Keywords:** exposure to marital violence, case study, adolescence, psychological maltreatment



## **Agradecimentos**

Ao Professor Doutor Eduardo Santos, pela orientação, apoio, por toda a sabedoria que partilhou e pela infinita disponibilidade.

À Dra. Daniela Carmo, pela paciência, ajuda dedicada e incondicional, sem a qual este caminho tinha sido muito mais difícil.

A todas as técnicas da CPCJ de Matosinhos, pela disponibilidade e colaboração.

À Dra. Nina David, pela disponibilidade e ajuda que me proporcionou.

À Dra. Isabel Cruz e à Dra. Margarida Barreto, pelo conhecimento que me transmitiram, por terem mantido as portas abertas para mim e para os meus pedidos de ajuda.

Aos jovens que participaram no presente estudo e aos seus pais pela colaboração.

Aos meus pais e ao meu irmão, por serem a minha base segura, por me terem proporcionado o que podiam e não podiam para ter chegado aqui, sem nunca questionar os caminhos que escolhi.

À Lili, por todos os anos de amizade pura, companheirismo e apoio incondicional, por ser um exemplo de força e determinação, por tudo aquilo que as palavras serão sempre escassas para agradecer.

Às “Giras”, Belinha, Carol, Diana, Tixa, Joana e Sofia, por terem dado sentido a um percalço no meu percurso, por terem colorido os meus dias numa fase menos feliz, pelas horas de gargalhadas infinitas e por serem as pessoas tão especiais que levo no coração.

Ao André, por ter um mau-feitio tão grande quanto o coração, pelas lasanhas e por nunca me deixar desistir. À Joana, por confiar e acreditar sempre em mim. Por terem sido os melhores colegas de casa do mundo, por me aturarem os maus-humores e os momentos de “catastrofização”, pela amizade verdadeira e incondicional.

À Rita, pelo coração de ouro que tem, por estar sempre disponível, pelo empenho constante em colocar-me um sorriso na cara e em fazer-me ver os lados positivos do mundo.

À Vanessa, por me acompanhar há tantos anos, por estar sempre presente em todos os passos do meu caminho.

À Vânia, minha eterna caloirinha, pela amizade verdadeira que construímos neste percurso e que levamos para a vida.

À Rute, minha Fraggy, que apesar de fisicamente longe está sempre perto, por ter dado todo um novo sentido à palavra saudade.

À Lena, por se ter tornado uma amiga, por ter sido uma parte tão importante desta caminhada.



## Índice

I.	Introdução .....	11
II.	Enquadramento teórico .....	12
1)	A violência conjugal .....	12
a)	Enquadramento concetual.....	12
b)	Contextualização histórica.....	13
c)	Caracterização do fenómeno da violência conjugal: fatores de risco e características das vítimas e dos agressores .....	14
2)	Exposição de crianças e jovens a violência conjugal: pressupostos teóricos.....	16
a)	Teoria da vinculação: Bowlby e Ainsworth .....	20
b)	Teoria da aprendizagem social de Bandura .....	21
c)	Teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson .....	23
	Adolescência enquanto período de crise Identidade vs. Confusão de identidade.....	24
III.	Objetivos.....	24
IV.	Metodologia .....	25
V.	Estudos de caso.....	27
1)	Margarida.....	27
2)	David.....	34
3)	Sara, António e Miguel.....	37
4)	Susana .....	43
5)	Francisca .....	47
VI.	Discussão .....	50
VII.	Conclusão .....	52
	Referências bibliográficas .....	54



## **I. Introdução**

A violência conjugal é um fenómeno que tem vindo a crescer nos últimos anos, devido a fatores pessoais, sociais e económicos. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna referente ao ano de 2015, foram efetuadas 26525 participações por violência doméstica, das quais 57% se referiam a violência conjugal, tendo sobretudo como vítimas as mulheres (Relatório Anual de Segurança Interna 2015). A acrescentar, no ano de 2014, 38% do total de situações de violência doméstica reportadas foram presenciadas por menores (Relatório Anual de Segurança Interna 2014). De acordo com os dados do relatório anual de atividades elaborado pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2016), foram feitas 7793 sinalizações de crianças e jovens, a nível nacional, devido a violência doméstica. De acordo com o artigo 152º, nº2 do Código Penal, o facto de os atos enquadrados no âmbito do crime de violência doméstica serem perpetrados na presença de menores, constitui uma agravante, elevando o limite inferior da moldura penal de um para dois anos.

No domínio científico, o impacto da vivência deste tipo de situações em crianças e jovens é objeto de estudo desde meados do século XX, tendo-se assistido a um grande volume de publicações sobre esta matéria, particularmente nas décadas de 80 e 90 (Holden, 2003).

Constata-se que “as vítimas de crime não têm de experienciar directamente as situações para serem profundamente afetadas” (Sani, 2011, pp. 23), pelo que se afigura pertinente estudar o impacto da exposição das crianças a comportamentos violentos, sem que exista vitimização direta, revestindo-se de particular interesse, quando são protagonizados pelas suas figuras afetivas de referência.

No presente trabalho, este impacto será avaliado em casos concretos e interpretado à luz das teorias da vinculação, da aprendizagem social e do desenvolvimento psicossocial.

## **II. Enquadramento teórico**

### **1) A violência conjugal**

#### **a) Enquadramento concetual**

De acordo com a literatura, o termo a utilizar para referenciar violência nas relações amorosas é algo que gera controvérsia, surgindo os conceitos de “violência doméstica”, “violência entre parceiros”, “violência entre parceiros íntimos”, “violência conjugal” e “violência interpessoal” (Holden, 2003). O termo “violência doméstica” é empregue com frequência, contudo este levanta alguma apreensão dada a sua abrangência nos dias de hoje, verificando-se que “violência entre parceiros íntimos” é a designação que colhe maior aceitação na literatura a nível internacional, distinguindo-se assim de outros tipos de violência familiar. Gosselin (2007) definiu violência entre parceiros íntimos como atos de violência física, sexual ou psicológica, bem como apropriação ou destruição de bens, infligidos por alguém ao seu parceiro, no âmbito de um padrão de comportamentos coercivos reiterados.

O Código Penal português integra a violência conjugal no crime de violência doméstica, previsto no artigo 152º.

#### Artigo 152.º

##### Violência doméstica

1. Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:
  - a. Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
  - b. A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;(...)

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.
2. No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio

comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2016), caracteriza violência doméstica como “qualquer acção ou omissão de natureza criminal, entre pessoas que residam no mesmo espaço doméstico ou, não residindo, sejam ex-cônjuges, ex-companheiro/a, ex-namorado/a, progenitor de descendente comum, ascendente ou descendente, e que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos”.

No presente trabalho será utilizada a designação “violência conjugal”, dado que em todos os casos em estudo tratam, efetivamente, relações de conjugalidade.

#### **b) Contextualização histórica**

A violência nas relações de intimidade não é um fenómeno recente. Na Roma Antiga os homens eram encorajados a castigar fisicamente as suas esposas quando estas não cumpriam com as suas obrigações, cenário que continuou a verificar-se até à Idade Média (Cassel & Bernstein, 2007b). Durante séculos as mulheres eram vistas como propriedade dos seus pais, que era transmitida aos maridos aquando do casamento, sendo, portanto, desprovidas de qualquer posição legal (Doerner & Lab, 2008). Até meados do século XX, a violência conjugal contra as mulheres foi encarada como um problema de família, do domínio privado (Burman & Duffy-Feins, 2007). Esta perspectiva devia-se aos papéis de género definidos pela sociedade patriarcal, em virtude dos quais cabia ao homem a inserção laboral, de forma a assegurar o sustento do lar, enquanto a mulher era incumbida de cuidar da casa e da família. Deste modo, era conferido ao homem um papel de autoridade, sendo a mulher socialmente incentivada a subjugar-se ao marido, o que criava frequentemente condições para que surgissem situações de violência (Cassel & Bernstein, 2007b; Dantas-Berger & Giffin, 2005). Seguindo a máxima “entre marido e mulher não se mete a colher”, este fenómeno era tolerado pela sociedade,

chegando a ser considerado uma prática comum e algo visto como uma fatalidade.

Foi durante as décadas de 60 e 70, com a intensificação dos movimentos feministas, que a violência conjugal passou a ser vista como uma questão social, visão que perdura até à atualidade (Burman & Duffy-Feins, 2007; Buzawa, 2007; Dantas-Berger & Giffin, 2005; Doerner & Lab, 2008; Nicolaidis & Paranjape, 2009). Para a mudança deste paradigma contribuíram as obras de Richard Levy, *Wife Beating: The Silent Crisis*, em 1977, e de Lenore Walker, *The Battered Woman*, em 1979 (Burman & Duffy-Feins, 2007).

Em Portugal, contribuiu para a mudança desta perspetiva a definição da violência doméstica como crime público, em 2007 (Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro), que passou a imputar a responsabilidade da denúncia a qualquer cidadão.

**c) Caracterização do fenómeno da violência conjugal:  
fatores de risco e características das vítimas e dos  
agressores**

De acordo com a APAV (2016), a violência conjugal engloba todos os comportamentos que provoquem dano físico ou psicológico na vítima, podendo ser enquadrados em: violência física – inclui todos os tipos de agressão física, bem como o impedimento a que o outro obtenha medicação ou tratamentos necessários à sua condição de saúde; violência emocional – intimidar ou fazer o outro sentir-se inútil; violência social – tentativa de controlar a vida social do outro, limitando ou impedindo contactos com amigos ou familiares; violência sexual – manter relações sexuais contra a vontade do outro, forçar o outro a manter relações sexuais desprotegidas ou forçá-lo a ter relações sexuais com terceiros; violência financeira – tentativa de controlar e limitar o acesso ao dinheiro pelo outro; e perseguição – seguir ou controlar as movimentações do outro, com a finalidade de o intimidar ou atemorizar. Walker (2009a) admite que a violência conjugal constitui um ciclo,

composto por três fases: na primeira faz-se sentir um aumento da tensão e do sentimento de perigo, na segunda ocorrem os episódios de agressão e na terceira verifica-se a reconciliação e a desculpabilização do agressor, seguindo-se um período de calma.

De acordo com a literatura, a violência conjugal deriva da combinação de fatores situacionais e características psicológicas e experiências pessoais. Assim, baixos rendimentos, desemprego, baixas habilitações literárias, historial de abuso na infância, envolvimento anterior em comportamentos agressivos ou delinquentes e abuso de álcool e outras substâncias, constituem-se como fatores de risco, bem como baixa autoestima, perturbações de personalidade ou traços depressivos são alguns dos fatores de risco apontados para a sua ocorrência (Bergman & Brismar, 2010; Bowen, 2009; Buzawa, 2007; Cassel & Bernstein, 2007b; Parmley, 2004; Turvey, 2009).

De acordo com Doerner e Lab (2008), as explicações mais comuns e aceites na literatura para a ocorrência de violência conjugal podem ser sumariadas em três categorias: as teorias intraindividuais, que se centram nas características individuais dos agressores e das vítimas; variáveis socioculturais, que se prendem sobretudo com a perspectiva feminista, que atribui a responsabilidade ao patriarcado, colocando a ênfase no papel de dominância do homem (Parmley, 2004); e o desânimo aprendido (Walker, 2009b), que vai ao encontro das variáveis socioculturais, na medida em que a vítima interioriza a ideia de que não será capaz de abandonar a relação abusiva, baseando-se no conhecimento, perceção ou experiência que possui acerca das repercussões dessa ação.

Apesar de historicamente se olhar para a violência conjugal atribuindo o papel de vítima à mulher e o de agressor ao homem (McManiman, 2001), facto motivado pela subsistência da perspectiva dos papéis de género da sociedade patriarcal, é um facto que existem também mulheres agressoras e vítimas do sexo masculino. De um modo geral, é assumido que os homens são mais agressivos que as mulheres

(Cassel & Bernstein, 2007a). Archer (2004) concluiu que efetivamente os homens recorrem mais à violência física, mas as mulheres adotam também comportamentos violentos, utilizando mais formas indiretas de agressão. No entanto, ambos os sexos se revelam suscetíveis de experienciar raiva e de recorrer à violência numa situação de conflito (Archer, 2004; Buzawa, 2007; Rennison, 2001), existindo efetivamente mulheres que se constituem agressoras em relações de intimidade (Bowen, 2009; Parmley, 2004).

A vitimização dos homens no âmbito da violência conjugal não é, contudo, encarada com a mesma seriedade que a violência contra as mulheres pela sociedade, que pressupõe que os homens têm de ser fortes e autossuficientes, não sendo considerados vítimas, enquanto as mulheres são vistas como frágeis e incapazes de infligir agressões (Bowen, 2009; McManiman, 2001). Pode justificar-se assim que exista um menor número de casos reportados, já que as vítimas antecipam que vão ser descredibilizadas (Grady, 2002, cit in Wolhuter, Olley & Denham, 2009). Isto pode ser também justificado pelo facto de a violência perpetrada por mulheres ter menor probabilidade de originar lesões, e conseqüentemente não é reportada, embora se verifique não existirem diferenças entre mulheres e homens quanto à probabilidade de agredir primeiro (Felson & Cares, 2005).

São de ter em consideração as situações de violência conjugal decorrentes de relações homossexuais, o que mostra que este fenómeno não decorre apenas de questões de género, contudo também nestas populações os números da violência entre casais de homens são superiores aos apresentados entre mulheres (Tjaden & Thoennes, 2000).

## **2) Exposição de crianças e jovens a violência conjugal: pressupostos teóricos**

O termo “exposição” ajusta-se melhor à situação em estudo, na medida em que se considera mais inclusivo, e acaba por se revelar um

constructo mais complexo, que envolve mais que o simples facto de a criança ter presenciado, ou não, episódios de violência. Na realidade, segundo Holden (2003), a exposição das crianças dá-se não só quando presenciam os episódios de violência entre o casal, mas também quando ouvem ou testemunham as marcas físicas ou a intervenção policial. De acordo com o mesmo autor, a exposição a violência interparental pode ser categorizada em dez tipos, envolvendo vitimização direta e indireta, que evoluem de *ostensibly unaware*, quando a criança não presenciou nem tomou conhecimento de episódios de violência, até *victimized*, considerando as crianças que foram vítimas diretas de uma agressão física ou psicológica. A vitimização indireta das crianças ocorre também, com frequência, quando são utilizadas pelo agressor como instrumentos de abuso<sup>1</sup>, isto é, como forma de ameaça e controlo sobre a vítima (APAV, 2016).

A APAV (2011), no seu manual *Crianças e Jovens Vítimas de Violência*, caracteriza exposição à violência interparental, como:

“Forma indirecta de vitimação caracterizada pelo testemunho por parte da criança ou jovem da violência e/ou conflito interparental, muitas vezes, associado ao risco aumentado de vitimação directa por parte do cônjuge agressor perante eventual tentativa da criança ou jovem em colocar um fim na situação violenta instalada. Esta forma de vitimação indirecta causa mal-estar físico, psicológico, emocional, comportamental e relacional equiparável ao impacto provocado pela experiência directa de mau trato.”

Para Burman e Duffy-Feins (2007, pp. 156), a exposição a violência conjugal constitui efetivamente uma forma de mau trato psicológico, uma vez que:

“Estas crianças são também vítimas de violência doméstica, mesmo que possam não ser alvos diretos do abuso. Estão a ser maltratadas, quer intencional ou não intencionalmente, através de uma desatenção ou indiferença incapacitantes, e/ou negligência face ao seu bem-estar desenvolvimental”.

---

<sup>1</sup> Este fenómeno é descrito na literatura como Síndrome de Medeia.

As consequências que decorrem da exposição das crianças a violência conjugal são agravadas pela proximidade e pela relevância que o contexto tem para o seu desenvolvimento, sendo os intervenientes as pessoas que toma como figuras de referência (Sani, 2011). As crianças esperam, de forma natural, que os pais lhes proporcionem um ambiente seguro e tranquilo, livre de perigo. No entanto, o ambiente violento anula a perceção que a criança tem do contexto familiar, enquanto lugar privilegiado de tolerância e aceitação, passando, ao invés, a ser percebido como um ambiente de tensão, perigoso e imprevisível (Burman & Duffy-Feins, 2007; Cater, 2014). De facto, “ser exposto a um dos progenitores ser agredido, verbal ou fisicamente, é psicologicamente ativador, emocionalmente stressante e, por vezes, indutor de trauma. Observar violência gera medo pela segurança do próprio, bem como pela segurança da vítima” (Holden, 2003, pp. 156). Desta forma levantam-se obstáculos ao desenvolvimento, ao ser inviabilizado o sentimento de segurança, dando lugar a sentimentos de vulnerabilidade (Burman & Duffy-Feins, 2007; Coutinho & Sani, 2008a; Lourenço, Baptista, Senra, Almeida, & Bhona, 2013). Neste âmbito, o sentimento de segurança pode ser colocado em causa quando o progenitor vitimizado recorre ao filho em busca de conforto e apoio, ocorrendo a parentificação, sendo a criança levada a dar proteção a alguém de quem espera que lhe proporcione a si (Stephens, 1999).

Assim, a vivência deste tipo de situações tem impacto ao nível da saúde mental, verificando-se um maior risco de surgirem sintomas de stress pós-traumático (Kilpatrick, Litt, & Williams, 1997), bem como problemas comportamentais, relacionais, físicos e sociais (Coutinho & Sani, 2008a; Sani, 2011) que se irão refletir ao longo de todo o ciclo de vida. Podem manifestar-se reações regressivas e maladaptativas, como enurese, chuchar no dedo e fazer birras. Podem ainda verificar-se perturbações do sono, terrores noturnos, ansiedade, irritabilidade, depressão, baixos níveis de autoestima, competências sociais limitadas e *flashbacks* recorrentes dos eventos traumáticos

(Coutinho & Sani, 2008; Fantuzzo et al., 1991). Em particular, a regulação emocional desadequada, na qual os cuidadores têm um papel fundamental, pode originar o desenvolvimento de comportamentos antissociais (Keenan & Shaw, 2003). Constatam-se também consequências ao nível do desempenho escolar, que tende a ser mais fraco, comparativamente a outras crianças (Brancalhone, Fogo, & Williams, 2004; Coutinho & Sani, 2008a). Podem surgir também sentimentos de culpa, vergonha, preocupação ou irritação quando as crianças acreditam que têm responsabilidade na mediação dos conflitos dos pais, mas não são capazes de controlar a situação (Sani, 2011).

Holden (2003) sugere que o impacto da exposição a violência conjugal nas crianças deriva de vários fatores, como a gravidade das lesões que possam derivar de agressões físicas, variáveis temporais, características do agressor e da vítima e proximidade da criança dos intervenientes. Um estudo realizado por Georgsson, Almqvist e Broberg (2011) revelou que as raparigas que foram expostas a agressões à mãe por parte do seu pai biológico evidenciam ser mais afetadas face àquelas cuja mãe era agredida por outro companheiro, observando-se o mesmo padrão quando comparadas crianças que tinham ou não contacto continuado com o agressor.

Por outro lado, as crianças não são afetadas todas da mesma forma e a exposição à violência conjugal não conduz necessariamente a um desajustamento psicológico. Embora algumas crianças possam desenvolver psicopatologia, outras podem não ter qualquer consequência negativa no seu funcionamento psicológico (Sani, 2006, cit in Coutinho & Sani, 2008b; Sani, 2011). Ribeiro e Sani (2009), partindo de uma revisão da literatura, consideram a ação de variáveis individuais, familiares, escolares/de pares e comunitárias, enquanto fatores de proteção que medeiam o impacto desta exposição.

### **a) Teoria da vinculação: Bowlby e Ainsworth**

As crianças pequenas desenvolvem, a partir das experiências e interações que estabelecem com os seus cuidadores primários, conhecimento acerca de si próprios e do mundo, sendo uma vinculação segura necessária para garantir a sua saúde e bem-estar psicológico e emocional (Bowen, 2009; Burman & Duffy-Feins, 2007; Garvey & Silva, 2010). Segundo (Bowen, 2009) “a vinculação é essencial na vida porque é como aprendemos a equilibrar a necessidade de intimidade e a necessidade de autonomia” (pp. 19).

Bowlby, que iniciou o estudo da vinculação a partir da sua observação clínica, constatou que as crianças procuravam os seus cuidadores, por norma as mães, quando colocadas em situações que desencadeassem ansiedade, tendo maior probabilidade de se sentir amadas e seguras se as figuras de vinculação estivessem atentas e responsivas. Caso contrário, perante a ausência continuada de responsividade da figura de vinculação, a criança experienciaria ansiedade, que progressivamente desencadearia a reação de raiva, que designou como “comportamento de protesto” (Bowen, 2009).

Partindo das observações de Bowlby, os estudos de Ainsworth demonstraram que mediante o comportamento que a figura de vinculação tem face à criança, podem ser estabelecidos padrões de vinculação seguros ou inseguros. A criança que vê na figura de vinculação uma base segura, que lhe permite explorar o mundo, com a certeza de que poderá recorrer a esta em caso de necessidade, estabelece uma vinculação segura. Por outro lado, desenvolvem-se padrões inseguros quando a figura de vinculação não transmite à criança o sentimento de segurança que esta procura, revelando-se inconsistente, indisponível ou abusiva. A vinculação insegura de evitamento leva a criança a evitar ou ignorar a figura de vinculação em situações de stress, minimizando a necessidade que tem de segurança, criando um padrão defensivo. A vinculação insegura ambivalente, ou ansiosa, decorre da imprevisibilidade da figura de vinculação, pelo que a criança alterna

entre a aproximação e o evitamento. Enquanto a criança evitante tenta tornar-se quase autossuficiente, a ambivalente torna-se excessivamente centrada no seu sofrimento, procurando a base segura em todas as relações que vai estabelecendo. Pode ainda verificar-se a presença de uma vinculação insegura desorganizada, caracterizada por uma oscilação entre o comportamento evitante e o ambivalente, marcada pela inconsistência da figura de vinculação. Os padrões de vinculação seguros ou inseguros que a criança estabelece nas relações precoces, irão efetivamente pautar o seu desenvolvimento e todas as suas experiências relacionais ao longo da vida, e o comportamento dirigido à figura de vinculação será generalizado para o mundo exterior (Ainsworth, 1979; Bowen, 2009; Figueiredo, 1998; Machado, 2009).

A existência de violência conjugal afeta a vinculação estabelecida com os pais, dado que é comum que estes estejam mais focados um no outro, enquanto vítima e agressor, tornando-se alheios às necessidades da criança (Burman & Duffy-Feins, 2007; Sani, 2011), o que inviabiliza o estabelecimento de padrões de vinculação seguros (Cyr, Euser, Bakermans-Kranenburg, & Van Ijzendoorn, 2010; Hesse & Main, 2000). A qualidade da vinculação estabelecida às figuras afetivas de referência numa fase precoce da vida, pode ser considerada, em simultâneo, causa e consequência da violência conjugal. Isto é, a ocorrência de violência conjugal pode propiciar padrões de vinculação inseguros, que se revelam ser fatores de risco para incorrer em relações abusivas (Bookwala, 2002; Hesse & Main, 2000).

#### **b) Teoria da aprendizagem social de Bandura**

De acordo com a teoria da aprendizagem social de Bandura (1977), a aprendizagem dá-se pela observação do comportamento das figuras de referência, através de modelamento, originando a sua repetição. Bandura (1961) afirma que a aprendizagem observante está dependente das características dos modelos que a ela estão associados. Assim, o observador terá maior tendência para replicar um

comportamento em função das semelhanças entre o modelo e ele mesmo, atratividade do modelo e da existência de uma relação afetiva entre o modelo e o sujeito. Esta tendência é também reforçada se as consequências do comportamento modelo forem positivas.

Por conseguinte, o comportamento das crianças é altamente influenciado pelas figuras parentais, na medida em que estas funcionam enquanto modelo, onde irão sempre procurar orientação acerca da forma de agir, observando e reproduzindo as suas ações (Bandura, 1977). De acordo com Bowen (2009, pp.16) “quando uma criança é vítima de violência ou testemunha a violência parental, aprende que a violência é aceitável – uma forma aceitável de comunicar e uma solução aceitável para resolver problemas com aqueles que ama”. Constata-se assim que, ao serem expostas a comportamentos violentos tidos pelas figuras parentais, as crianças serão compelidas a adotar também uma conduta agressiva, o que gera um ciclo de violência, que transita de uma geração para a seguinte. Por outro lado, ao experienciar um ambiente familiar violento, as crianças poderão inferir que todo o mundo exterior é também perigoso, o que poderá conduzir ao isolamento social. Da mesma forma, a título de exemplo, uma menina que observe a mãe a ser batida passivamente, pode interiorizar a ideia de que é normal as mulheres serem vítimas de agressão, vindo ela própria, a tornar-se vítima no futuro (Burman & Duffy-Feins, 2007; Cassel & Bernstein, 2007; Walker, 2009).

Neste sentido, o ajustamento da criança e a forma como vai lidar com estas vivências são suscetíveis de ser influenciados pela posição que os intervenientes assumem. Designadamente, é relevante a postura do progenitor vitimizado, dado que observar um dos progenitores a ser agredido de forma passiva ou vê-lo a tentar defender-se, a si próprio e ao filho, procurando ajuda para sair da situação de violência, carrega significados diferentes (Holden, 2003; Burman & Duffy-Feins, 2007).

### **c) Teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson**

Erikson (1972) elaborou a teoria do desenvolvimento psicossocial, inspirado por princípios epigenéticos da embriologia. Defende que o indivíduo em desenvolvimento enfrenta, ao longo do seu percurso, sucessivos conflitos, que designou por crises psicossociais, decorrentes da sua interação com os outros e com o meio envolvente, o qual considerou fundamental para este processo. Defende a construção da identidade enquanto um processo complexo, que integra variáveis psicossociais, componentes biológicas e a experiência pessoal, que ocorre ao longo de todo o ciclo de vida do indivíduo.

As crises psicossociais são concetualizadas como um conflito entre dois polos opostos, cada um retratando uma solução possível, positiva e negativa. É a partir da resolução ativa e bem-sucedida destas crises que o desenvolvimento se vai processando, permitindo ao indivíduo avançar de um estágio para o estágio seguinte, sendo criadas nos estádios psicossociais precoces, competências para a resolução das crises em estádios mais tardios (Erikson, 1972).

De facto, é através da relação e dos vínculos que estabelece com os pais, que vê invariavelmente como figuras de referência, e da exploração do mundo exterior que o sujeito vai organizando a sua experiência, adquirindo a noção de certo e errado e criando bases que lhe permitam lidar com as adversidades e resolver com sucesso as crises desenvolvimentais (Burman & Duffy-Feins, 2007).

No contexto da exposição a violência conjugal, a criança vai desenvolver uma visão do mundo à semelhança das características do seu contexto familiar. “Se a criança está a ser criada num lar punitivo, abusivo e/ou negligente, o desenvolvimento da sua capacidade para superar barreiras psicológicas e sociais pode ser impedido” (Burman & Duffy-Feins, 2007, pp. 158). Assim, o modo como o sujeito lida com as crises desenvolvimentais torna-se desajustado, inviabilizando as aquisições esperadas do processo de desenvolvimento.

## **Adolescência enquanto período de crise Identidade vs. Confusão de identidade**

De acordo com Erikson (1972), adolescência é vista como uma fase de transição entre a infância e a idade adulta, na qual ocorre uma “revolução fisiológica”, motivada pela maturação sexual, que marca a entrada na puberdade. A par das transformações físicas, o indivíduo começa a questionar-se acerca do que esperar do futuro e dos papéis que terá de desempenhar na chegada à idade adulta. Apesar da construção da identidade pautar todo o processo de desenvolvimento, é nesta fase que se levanta o conflito Identidade vs. Confusão de identidade, que leva os adolescentes a passar por um processo semelhante àquele que viveram nos primeiros anos de vida, em busca de “uma identidade final”. Neste sentido, passam a valorizar o grupo de pares, enquanto se autonomizam progressivamente dos pais, espelhando nas suas relações sociais os padrões relacionais estabelecidos com os pais, enquanto figuras afetivas de referência.

Desta forma, a disfuncionalidade relacional interiorizada na infância é reforçada na adolescência, nas relações de amizade e sobretudo nas relações amorosas, dado que a capacidade de estabelecer relações saudáveis e de confiança com os outros pode estar comprometida (Burman & Duffy-Feins, 2007).

### **III. Objetivos**

Como é possível constatar pelo anteriormente apresentado, a exposição das crianças a episódios de violência é suscetível de influenciar, em larga medida, o seu desenvolvimento. São múltiplos os estudos já realizados acerca das consequências desta exposição, agravando-se quando estes episódios são protagonizados pelos pais, ou outras figuras afetivas de referência.

O presente estudo teve por objetivo a realização de uma análise qualitativa do funcionamento psicológico de jovens expostos, no passado ou no presente, a violência conjugal entre os pais, através de

cinco estudos de caso, procurando padrões e contrapondo os dados obtidos com a literatura existente.

#### **IV. Metodologia**

Para a elaboração do presente trabalho de investigação, foi adotada a metodologia de estudo de caso (Thomas, 2011; Yin, 2014).

A amostra é constituída por sete jovens, quatro raparigas e três rapazes, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, acompanhados no âmbito de processos de promoção e proteção (PPP) na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos, cujo acompanhamento tivesse subjacente a problemática da violência conjugal, sem que os jovens tenham, em momento algum, sido vítimas de mau trato direto. A faixa etária dos participantes foi definida em função dos constrangimentos inerentes ao acompanhamento pela CPCJ, dado que é apenas a partir dos 12 anos de idade que os jovens têm um papel ativo no processo e são obrigatoriamente solicitados a comparecer.

A contextualização da história dos sujeitos foi realizada através da consulta dos PPP que corriam a favor dos jovens<sup>2</sup>. Pretendeu-se, desta forma, evitar uma intromissão na vida dos participantes, explorando problemáticas sensíveis, já relatadas em contexto de atendimento na CPCJ, às autoridades policiais e, por vezes, também a outras entidades de primeira linha, respeitando princípios de natureza ética e deontológica. A consulta processual é passível de fornecer informação que permita a compreensão do contexto sociofamiliar dos sujeitos, tendo em conta que o acompanhamento neste âmbito passa por uma abordagem multi-informadores. Do PPP constam, além das declarações prestadas pelos elementos do processo (jovem, pais/representantes legais/detentores da guarda de facto, ou outras pessoas de referência), informações solicitadas às entidades de primeira

---

<sup>2</sup> Os PPP são passíveis de ser consultados para fins científicos, ao abrigo do art.º 89º, nº 1 da lei nº 147/99 de 1 de setembro.

linha, designadamente estabelecimentos de ensino, saúde, ou estruturas e equipamentos sociais.

É de ressaltar que todos os nomes utilizados são fictícios, de modo a assegurar o anonimato dos participantes.

Para a presente avaliação, pretendeu-se avaliar os participantes nas dimensões cognitiva, personalidade, autoconceito, ansiedade e depressão. Desta forma foram utilizados os seguintes instrumentos de avaliação psicométrica:

- 1) **Matrizes Progressivas de Raven – Forma geral (Raven, J. C., 1936):** instrumento de avaliação cognitiva, constituído por 60 itens de resposta múltipla, repartidos por cinco séries, que se destina a avaliar o raciocínio lógico e aspetos não verbais da inteligência. É aplicável a sujeitos com idades entre os 12 e os 65 anos (Aguilhas & Anciães, 2014).
- 2) **Questionário de Personalidade de Eysenk – Júnior (EPQ-Júnior) (Eysenk, S. B. G., 1965; Fonseca, 1989):** escala de personalidade que avalia quatro dimensões – psicoticismo, neuroticismo, extroversão e mentira – através de 80 itens de resposta Sim/Não, destinando-se à faixa etária compreendida entre os 7 e os 15 anos. Verificam-se, de um modo geral, boas qualidades psicométricas, sendo de referir que os coeficientes de fiabilidade para as quatro dimensões, medidos pelo alfa de Cronbach, se situam entre .70 e .83 para os rapazes e .60 e .85 para as raparigas.
- 3) **Escala de Auto-Conceito de Piers-Harris para Crianças (EACPHC) (Piers & Harris, 1964; Piers, 1984; Piers & Herzberg, 2002; Veiga, 1989; Veiga, 2006)** – é uma escala de autorresposta constituída por 80 itens, de resposta Sim/Não, que pretende avaliar a imagem que o sujeito tem acerca de si próprio, aplicável no intervalo etário 8-18 anos. O instrumento apresenta boas características psicométricas, contando com coeficientes alfa de Cronbach na amostra da população

portuguesa entre .86 e .89, reveladores de uma boa consistência interna. O instrumento apresenta ainda validade de constructo e validade concorrente.

- 4) **Inventário de Ansiedade Estado-Traço para Crianças (STAIC – Forma c-2) (Spielberger, Edwards, Lushene, Montuori & Platzek, 1973; Dias & Gonçalves, 1999):** escala de avaliação da ansiedade de autorresposta, constituída por 20 itens, cuja resposta pode variar entre “quase nunca”, “algumas vezes” e “quase sempre”. Divide-se em duas dimensões, ansiedade-estado (c-1) – numa perspetiva mais transitória – e ansiedade-traço (c-2) – que avalia características ansiosas do sujeito. No presente trabalho foi apenas aplicada a forma c-2, destinada a avaliar a ansiedade-traço. O instrumento evidencia boas qualidades psicométricas, verificando-se um coeficiente alfa de Cronbach de .76 para a amostra total.
- 5) **Inventário de Depressão de Beck para Crianças (CDI) (Kovacs, 1992; Dias & Gonçalves, 1999):** esta escala visa avaliar a presença de características depressivas através de 27 itens com três alternativas de resposta, focando sentimentos que possam ter surgido no sujeito nas duas semanas anteriores. A aplicação destina-se a crianças e adolescentes, entre os 8 e os 17 anos. O valor do coeficiente alfa de Cronbach para a amostra total é de .80.

## V. Estudos de caso

### 1) Margarida

A Margarida tinha 16 anos à data da avaliação. Encontrava-se a frequentar um curso vocacional de cabeleireiro, de equivalência ao 3º ciclo, sendo que contava com três reprovações, duas no 7º e uma no 8º ano de escolaridade. É filha única e residia com a mãe, D. Isabel, sendo que o pai, Sr. Mário, abandonou a habitação em abril de 2016. A mãe era auxiliar num lar de idosos e o pai trabalhava na área mecânica de

uma fábrica de confeções. A Margarida tinha um namorado, Francisco, de 19 anos.

Os pais foram casados durante 20 anos. No início do casamento emigraram para a Alemanha, onde permaneceram alguns anos. A D. Isabel afirma que desde esta fase que se verificavam episódios de violência verbal entre o casal, tendo negado a existência de violência física. Por sua vez, o Sr. Mário assumiu, numa ocasião, no início do casamento ter agredido a mulher com *um soco na cara*. Este foi consumidor de heroína durante 15 anos, encontrando-se em acompanhamento há cerca de um ano. As agressões verbais por parte do Sr. Mário à esposa prendiam-se com questões económicas, principalmente por destinar a maior parte do seu salário aos consumos. Segundo ambos, a relação conjugal ter-se-á agravado nos últimos quatro anos.

A Margarida foi sinalizada à CPCJ de Matosinhos em dezembro de 2015, pelo serviço de urgência de pedopsiquiatria de uma unidade hospitalar, para onde foi encaminhada pelo médico de família, sendo referenciada por *anedonia marcada, isolamento social, não quer ir às aulas, vontade de desaparecer do mundo, sem ideação suicida*. Durante o episódio de urgência, a Margarida revelou *tristeza, irritabilidade, choro fácil, maior tendência para o isolamento, anedonia com agravamento no último mês*. A jovem atribuiu estes fatores ao ambiente familiar, deteriorado pelos consumos tóxicos do pai, o que espoletava episódios de agressão verbal, e por vezes física, por parte deste, contra a mãe. Foi acrescentado que a sintomatologia depressiva da jovem vinha a agravar-se, não tendo frequentado a escola na semana anterior. Nesta sequência foi-lhe prescrita sertralina<sup>3</sup>, tendo sido recomendado acompanhamento em consulta de pedopsiquiatria.

No entanto, mais tarde, a jovem faltou a uma consulta agendada, que não foi remarçada. A mãe referiu que a Margarida deixou de querer

---

<sup>3</sup> Antidepressivo ISRS – Inibidor Seletivo de Recaptação de Serotonina

ir às consultas, bem como de tomar a medicação prescrita, por desconsiderar a sua necessidade.

A Margarida esteve em situação de absentismo escolar durante todo o segundo período. A mãe afirmou que a jovem passava os dias em casa, sozinha ou acompanhada pelo namorado. Nesta sequência, em fevereiro de 2016 foi remetida pela escola sinalização por absentismo escolar. Era mencionado que a mãe contactou com a psicóloga e com o diretor da escola, tendo informado que a filha *sofria de um quadro depressivo*, contudo não foi entregue relatório médico. A mãe terá referido no estabelecimento de ensino que a jovem tinha medo de sair de casa. Eram apontadas pela diretora de turma dificuldades de integração da Margarida na turma, acrescentando que a jovem *não interage, permanece calada (...) quase não comunica com colegas e professores (...) a aluna evidencia situações periclitantes para a sua integridade física e psicológica*. A escola considerava ainda que a Margarida tinha uma *fortíssima tendência para abandono escolar*, constituindo todos estes fatores um obstáculo ao desenvolvimento das suas competências. A jovem foi alertada para situação em que se encontrava e solicitada a cumprir atividades de recuperação, ao que não acedeu, tendo permanecido em absentismo.

A Margarida assumiu perante a CPCJ, desde início, uma postura retraída, justificando o absentismo apenas com o facto de não gostar da escola.

No momento do primeiro atendimento com os pais, foi possível constatar a conflitualidade que marca a relação entre ambos, tendo-se ambos exaltado e trocado acusações, particularmente no que dizia respeito à educação da filha.

A D. Isabel considerava que a filha tinha um problema psiquiátrico e precisava de ajuda. Segundo esta, desde a infância que a Margarida apresentava comportamentos desajustados, referindo que já nesta fase se verificava isolamento social. Relatou ainda que a Margarida verbalizava que não queria que os pais dormissem juntos, o

que chegava mesmo a impedir que acontecesse, dormindo com a mãe. Referiu que a Margarida chegou a auto mutilar-se, no passado e que atualmente tem frequentes mudanças bruscas de humor, chegando a tornar-se agressiva e a insultar a mãe. A D. Isabel considera que a filha tem *uma barreira que impede as pessoas de comunicar com ela*.

Relativamente à relação da Margarida com o namorado, a D. Isabel afirmou ter pensado, a princípio, que o Francisco seria uma boa influência. Contudo considera atualmente o namoro *muito obsessivo* e que o jovem não tem objetivos de vida, referindo que *joga futebol, não quer fazer mais nada*. Afirmou que a relação entre ambos é pautada pelos ciúmes e dependência por parte da Margarida, sendo que esta chegava a sentir-se incomodada quando o Francisco brincava com a prima de quatro anos de idade. Os dois jovens isolam-se, não mantendo quaisquer relações de amizade. Acrescentou que sempre que existem problemas no relacionamento entre ambos, a Margarida *chora e grita*, acusando os pais de serem responsáveis pela situação. Perante uma possibilidade de integração profissional do Francisco, a jovem terá inclusivamente feito chantagem com este para que tal não se concretizasse. É também referido que a Margarida terá dito a uma prima que o namorado a agredia fisicamente, contudo não foi possível confirmar esta informação.

O Sr. Mário, por sua vez, não considerava que a filha tivesse um problema. Afirmou não ter conhecimento da situação de absentismo escolar e imputou essa responsabilidade à mãe, que apontou como tendo sido sempre muito permissiva relativamente à filha. Evidenciou também discordar com o facto de a Margarida ter uma relação amorosa, identificando nesse facto uma das causas da situação da filha. Referiu que, antes de abandonar a habitação, a mãe permitia frequentemente que o Francisco pernoitasse em casa do agregado sem o seu conhecimento, uma vez que trabalhava por turnos, com o que não concordava. Da mesma forma, ambos discordavam em vários aspetos relativos à vida da Margarida, contribuindo esta situação para as

discussões entre o casal. Quando questionado face à intervenção da CPCJ, considerou-a desnecessária, afirmando *eu concordo é que ela vá para a escola, esse é que é o problema dela*, não tendo prestado o seu consentimento, decisão da qual recuou posteriormente.

Foi ainda auscultada uma tia materna, D. Amélia, com quem a Margarida mantinha uma boa relação afetiva. Esta mencionou que, em criança, a Margarida ficava frequentemente aos cuidados do pai, enquanto a mãe trabalhava, e que este ausentava-se de casa por várias vezes, deixando a filha sozinha.

#### **a) Observação do comportamento**

A Margarida evidenciou uma postura muito calma e colaborante face à avaliação. Apresentou-se com aspeto cuidado, idade aparente correspondente à idade cronológica, orientada auto e alopsiquicamente, temporal e espacialmente. Evidenciou algumas dificuldades no âmbito da compreensão verbal, sendo necessário recorrer a sinónimos e a uma linguagem simplificada para clarificar determinados termos que surgiram nos instrumentos de avaliação.

#### **b) Resultados e formulação**

Analisando a história e dinâmicas familiares, considera-se que a Margarida esteve exposta, durante todo o seu processo de desenvolvimento, a padrões de comportamento desajustados por parte das suas figuras afetivas de referência.

Nas respostas dadas ao EPQ-Júnior, verificou-se que a Margarida é uma jovem introvertida, atendendo às respostas negativas aos itens “Gostas de muita animação à tua volta?”, “Gostas de contar anedotas ou histórias com piada aos amigos?”, “Tens muitos passatempos e interessas-te por muitas coisas?”, “Consegues descontrair-te e divertir-te muito numa festa animada?”, “Numa festa, preferes ficar sentado(a) a olhar em vez de participares e te divertires?” e “Gostas muito de sair com os amigos?” (Fonseca, 1989), o que é

compatível com o isolamento social descrito. Salientam-se ainda as respostas afirmativas aos itens da EACPHC “Tenho dificuldade em fazer amizades”, “Sou uma pessoa tímida” e “Sou impopular”. Constata-se a presença de alguma instabilidade emocional, destacando-se as respostas afirmativas aos itens da dimensão *Neuroticismo* “Mudas facilmente de humor?”, “Às vezes pensas em coisas que não te deixam dormir?”, “Sentes-te às vezes triste e infeliz sem razão?”, “Preocupas-te com coisas horríveis que poderiam acontecer?” e “Andas com frequência na lua quando estás a fazer um trabalho?”.

As características ansiosas da jovem são evidenciadas pelo facto de ter respondido “algumas vezes” ou “quase sempre” a 18 dos 20 itens do STAIC, em articulação com os itens que constituem o fator ansiedade da Escala de Auto-Conceito de Piers-Harris para Crianças, “Sou nervoso(a)”, “Preocupo-me muito” e “Tenho medo muitas vezes”.

A jovem revelou também a presença de sintomatologia depressiva, refletida em respostas aos itens do CDI como “Sinto-me quase sempre triste”, “Faço muitas coisas mal”, “Tenho sempre que me esforçar muito para fazer os meus trabalhos da escola”, “Durmo mal todas as noites”, “Não tenho amigos”, “Estou muito mal em disciplinas que dantes era bom”, “Nunca vou conseguir ser tão bom como os outros” e “Não tenho a certeza se há quem goste de mim”. Estas observações são congruentes com a informação clínica remetida na sinalização da jovem.

Analisando a Escala de Auto-Conceito de Piers-Harris, a Margarida revela ter um fraco autoconceito, sendo de salientar pela negativa as respostas aos itens que integram as dimensões ansiedade, acima mencionados, e satisfação-felicidade, negativas aos itens “Gosto de ser como sou” e “Sou alegre” e afirmativas nos itens “Sou infeliz” e “Gostava de ser diferente daquilo que sou”. Pelo contrário, as dimensões nas quais a jovem responde de forma mais positiva são aspeto comportamental e aparência física, visíveis nos itens “Porto-me bem na escola”, que respondeu afirmativamente, e “Crio problemas à

minha família”, “Porto-me mal em casa” e “Muitas vezes sou antipático(a) com as outras pessoas”, aos quais respondeu não.

Articulando todos os dados obtidos, verifica-se que as respostas aos instrumentos de avaliação psicológica são convergentes com os dados recolhidos junto dos diferentes informadores (pais, saúde, escola), bem como com o comportamento evidenciado pela jovem em contexto de atendimento e durante o processo avaliativo. A Margarida revela ser uma jovem com características ansiosas e depressivas, introvertida, que não tem uma imagem positiva de si mesma (Coutinho & Sani, 2008b; Fantuzzo et al., 1991; Sani, 2011).

Atendendo à sua história de vida, os comportamentos da Margarida sugerem que terá estabelecido, na infância, um padrão de vinculação desorganizada, na medida em que manifesta um padrão evitante relativamente ao pai, sustentado pelo facto de ter sido negligenciada por este, e um padrão ambivalente face à mãe (Ainsworth, 1979; Bowen, 2009; Cyr et al., 2010; Machado, 2009). A resposta no CDI “não tenho a certeza se há quem goste de mim” sustenta esta análise. Verifica-se que a jovem apresenta uma elevada internalização, efeito encontrado frequentemente em raparigas expostas a violência conjugal (Georgsson et al., 2011).

O facto de a Margarida ter impedido, na infância, os pais de dormir juntos, dormindo com a mãe, poderá também ser o reflexo dos padrões de vinculação, ambivalente face à mãe e evitante face ao pai (Ainsworth, 1979; Machado, 2009).

O isolamento social descrito poderá ser resultado de a jovem ter generalizado o perigo que sentia no contexto familiar para o mundo exterior (Burman & Duffy-Feins, 2007), bem como do padrão de vinculação desorganizado que desenvolveu (Ainsworth, 1979; Machado, 2009).

O facto de a jovem manter uma relação amorosa com características problemáticas pode justificar-se por ter como modelo a relação disfuncional dos pais (Burman & Duffy-Feins, 2007). Na qual

se verifica violência psicológica perpetrada pela Margarida, tendo criado uma dependência afetiva face ao namorado. A Margarida aparenta estar a replicar padrão de vinculação ambivalente estabelecido com a mãe na relação com o namorado, uma vez que se mostra dependente deste, manifestando ansiedade face à antecipação do seu afastamento, procurando nele, possivelmente, a base segura que não encontrou nos pais durante a infância (Machado, 2009). Neste sentido, tenta contornar o seu medo de abandono, tornando-se perpetradora de violência psicológica (Bowen, 2009). A Margarida poderá também recuperar o padrão de vinculação ambivalente que estabeleceu com a mãe, dado que é esta que toma como figura afetiva de referência.

Assim, considera-se que as características psicopatológicas da Margarida foram, em larga medida, potenciadas pelo ambiente familiar ao qual esteve exposta durante o seu desenvolvimento, condicionando o seu comportamento e as suas relações sociais atuais.

## **2) David**

O David tinha 15 anos à data da avaliação e frequentava o 8º ano de escolaridade. Residia com a mãe, D. Madalena e com o irmão mais novo, Tomás, de 11 anos. O pai, Sr. Daniel, residia sozinho. O jovem era acompanhado na especialidade de pediatria do neurodesenvolvimento, em virtude de diagnóstico de hiperatividade com défice de atenção e de dislexia, tendo sido medicado com metilfenidato em 2010, terapêutica que tinha interrompido recentemente. Este afirmou ter um bom relacionamento com ambos os progenitores, bem como com o irmão.

Os progenitores foram casados durante catorze anos e divorciaram-se em junho de 2014. Nesta altura, decorrida a regulação do exercício das responsabilidades parentais, o David e o Tomás ficaram com residência junto da mãe. Ao pai cabiam fins de semana alternados e quinze dias de férias.

Neste período de férias, os menores ficavam durante o dia em casa do pai, acompanhados pelos avós paternos, sendo que pernoitavam com a mãe, por vontade daquele, cabendo a esta a responsabilidade de os ir levar e buscar. A D. Madalena considerava que tal se prendia com o facto de o Sr. Daniel não querer que estivesse sozinha durante o período da noite e de a querer controlar. Afirmou que sempre houve acordo entre si e o pai quanto à vida dos filhos, o que se alterou há alguns meses, altura em que esta iniciou um novo relacionamento amoroso. Acrescentou que o ex-marido desde o divórcio que apresentava comportamentos obsessivos, perseguindo-a e aparecendo nos locais que frequentava, referindo uma ocasião em que aquele chegou a ameaçar um amigo seu que a acompanhava. Assumiu que o Sr. Daniel a agrediu fisicamente uma vez, com *um estalo na cara*, havia cerca de dois anos, acontecimento do qual não apresentou queixa.

No episódio que originou a sinalização do David e do Tomás à CPCJ de Matosinhos, após uma entrega dos mesmos à mãe, o pai ter-se-á, sem motivo aparente, exaltado, tornando-se agressivo, tendo desferido um murro no capot do carro daquela, o que os filhos presenciaram. Perante tal comportamento, a D. Madalena afirmou temer que o Sr. Daniel atentasse contra a sua integridade física, tendo apresentado queixa na PSP, após a qual afirma que os comportamentos obsessivos do ex-marido cessaram.

A respeito do mesmo episódio o Sr. Daniel dirigiu-se a outra esquadra da PSP, afirmando que a mãe tê-lo-á tentado atropelar, tendo alegadamente acelerado quando este passava à frente do seu veículo, após terem discutido acerca do período de férias dos filhos e aquela tê-lo injuriado. Apontou que a mãe era negligente, permitindo que o David passasse muito tempo a ver sites pornográficos, inclusivamente em horários tardios. Acusou ainda a mãe de fazer uso indevido de cartões bancários seus, sem a sua autorização ou conhecimento.

O Sr. Daniel dirigiu-se à Comissão em setembro de 2015, acusando a mãe de negligência, prestando as mesmas informações

constantes na denúncia que fez à PSP. Na mesma data manifestou intenção de pedir alteração da regulação do exercício das responsabilidades parentais.

No que diz respeito ao comportamento do David, quanto à visualização de sites pornográficos, a mãe afirmou ter-se tratado de uma conduta exploratória, encontrando-se a situação sanada. Ao nível escolar, o David registava uma reprovação no ano letivo anterior. No presente ano letivo, apresentou *um comportamento instável durante o 1º período, perturbador das aulas*, tendo obtido cinco níveis negativos. No 2º período verificou-se uma melhoria, embora seja apontado que o jovem se mostrava, por vezes *alheado das atividades das aulas*, tendo reduzido para dois os níveis negativos.

À data da avaliação a situação familiar encontrava-se estável. Os menores continuavam a realizar as visitas quinzenais ao pai, não se verificando, contudo, quaisquer conflitos entre os progenitores.

#### **a) Observação do comportamento**

O David mostrou-se colaborante face à avaliação, embora tenha revelado alguns indícios de ansiedade, mostrando alguma dificuldade em manter contacto visual. Apresentou-se com humor eufímico, aspeto cuidado, idade aparente correspondente à idade cronológica, orientado auto e alopsiquicamente, temporal e espacialmente, com atenção focada.

#### **b) Resultados e formulação**

Atendendo aos dados obtidos nos instrumentos de avaliação psicológica administrados, às informações recolhidas no PPP e à observação do comportamento, constata-se que o jovem apresenta um funcionamento psicológico normativo. Revelou ter capacidade de raciocínio lógico-abstrato, bom autoconceito e estabilidade emocional.

A integridade emocional do jovem não terá sido prejudicada pela vivência de episódios de conflito entre os progenitores,

possivelmente devido ao facto de a exposição não ter sido continuada, mas sim circunscrita a poucos acontecimentos (Holden, 2003).

Contudo, constata-se que o desempenho escolar foi afetado, atendendo às informações recolhidas na consulta processual. O David reprovou no ano letivo 2014/2015, altura que coincidiu com a intensificação da instabilidade familiar (Brancalhone et al., 2004; Coutinho & Sani, 2008b; Sani, 2011). Apesar de estar a registar uma melhoria, no momento da avaliação permanecia com alguns níveis negativos. A atribuição do decréscimo do aproveitamento escolar do David à sua vivência familiar é sustentada pelas respostas aos itens 15 e 23 do CDI, sendo que ao primeiro o jovem respondeu “Não é difícil fazer o trabalho da escola”, no entanto no segundo admitiu “Os meus resultados escolares já foram melhores”.

Verifica-se no contexto familiar do David a existência de fatores de proteção, como a vinculação segura que sugere ter à mãe e, de acordo com as informações recolhidas, a manutenção de boas relações afetivas com o irmão e com os avós paternos. Pode também inferir-se que o jovem possui estratégias de *coping* adequadas para lidar com as adversidades, o que o torna resiliente (Ribeiro & Sani, 2009).

### **3) Sara, António e Miguel**

A Sara, o António e o Miguel tinham 16, 15 e 13 anos à data da avaliação. Têm dois irmãos germanos, um mais novo, Francisco, de 11 anos e uma mais velha, de 18 anos, Filipa, que está aos cuidados da avó paterna desde os 9 meses de idade. Têm ainda um irmão uterino, José, de 20 anos, que está aos cuidados do seu pai desde bebé e uma irmã sanguínea Marta, de 21, que sempre residiu com a sua mãe. Residiam com o pai, Sr. Paulo e com o irmão Francisco. Identificavam-se carências socioeconómicas no agregado, que usufruía de habitação social, sendo que o pai assegurava a subsistência da família por meio de alguns biscates que realizava, sendo também beneficiário de RSI.

Os progenitores viveram em união de facto durante 19 anos, até a mãe, D. Mariana, ter abandonado o lar em 2015. Encontrava-se à data em paradeiro incerto, não mantendo qualquer contacto com os filhos.

Os três menores tiveram processo de promoção e proteção na CPCJ de Matosinhos em 2004, devido a comportamentos negligentes por parte dos progenitores, episódios de violência conjugal e referência feita pela Sara aos serviços de saúde de que assistia aos pais a ter relações sexuais. Nessa altura os processos foram remetidos ao Tribunal de Família e Menores por ausência de consentimento dos progenitores.

Em janeiro de 2012 foi efetuada nova sinalização dos menores à CPCJ de Matosinhos, pelo pai, que afirmava que a mãe sujeitava os filhos a um modelo parental desadequado. Este afirmou que, num dado período, a mãe se envolveu com outro indivíduo e colocou na rede social *Facebook*, à qual enfatizou que os filhos tinham acesso, estar noiva deste. Referiu também que na sua página pessoal eram visíveis fotos deitada na cama com o mesmo.

Na mesma altura, o Sr. Paulo dirigiu-se à GNR afirmando que a D. Mariana o sujeitava a um *ambiente humilhante*. Afirmou que esta o traía, que verbalizava que o seu amante era melhor que o Sr. Paulo, fazia pressão psicológica sobre o mesmo para que abandonasse a habitação, bem como afirmava que se fosse necessário simularia agressões para que fosse obrigado a fazê-lo, comportamentos tidos frequentemente na presença dos menores.

Após esta denúncia, a situação familiar registou um período de estabilidade. Os pais afirmaram ter conversado e acordado fazer um esforço no sentido de minimizar os conflitos. No entanto, a mesma tornou a agudizar-se, tendo os progenitores manifestado intenção de se separar. A D. Mariana pretendia, contudo, que fosse o Sr. Paulo a sair da habitação, o que este não aceitava. Os três menores verbalizaram que as discussões entre os pais eram frequentes.

Algum tempo depois, a D. Mariana terá abandonado o lar conjugal durante cerca de dois meses, tendo regressado, segundo a

mesma, porque os filhos sentiam a sua falta. Afirmou que durante esta fase esteve a residir em casa da sua mãe, e que teve apoio por parte do pai do seu filho mais velho, o que se configurou como motivo para mais conflitos entre o casal.

Em articulação com uma entidade de primeira linha que acompanha a família, foi apurado que o Sr. Paulo, durante o período em que a D. Mariana esteve fora do agregado, pedia frequentemente aos técnicos daquela entidade que intercedessem junto dela para que regressasse. No entanto, este acusava a mãe de não ser responsável, afirmando que esta era negligente na prestação de cuidados aos filhos.

Houve nova participação de violência doméstica na PSP efetuada pelo pai contra a mãe, sendo que este apresentava arranhões no pescoço, que esta lhe teria desferido na sequência de uma discussão. Na mesma altura, a D. Mariana dirigiu-se ao INML, afirmando ser vítima de violência doméstica por parte do Sr. Paulo ao longo dos dezanove anos de união de facto. Afirmou que sempre sofreu de agressões físicas e psicológicas perpetradas por este, bem como que os filhos sempre foram expostos a esta situação. Naquele momento a progenitora abandonou definitivamente o agregado, indo residir com a sua mãe, não tendo estabelecido mais contactos com os filhos.

Algum tempo depois, a D. Mariana dirigiu-se à GNR acusando o Sr. Paulo de a perseguir e importunar com SMS e telefonemas, bem como de a ter agredido numa paragem de autocarro. Afirmou que deixou a habitação por ser vítima de agressões físicas e psicológicas por parte do Sr. Paulo, e que todos os seus bens ficaram na mesma, uma vez que aquele não permitia que os retirasse. Referiu ainda que o Sr. Paulo era analfabeto, pelo que assegurou que as SMS que lhe eram dirigidas seriam escritas pelos filhos.

Eram apontados alguns problemas ao nível escolar nos três jovens, sendo que a Sara contava com duas reprovações, o António com três e o Miguel com uma. A respeito da Sara era referido que evidenciou, durante 1º ciclo, algumas dificuldades na aprendizagem,

manifestando ansiedade face à frequência escolar. Era descrita como *difícil, manipuladora e desinteressada*, tendo, contudo, *um lado dócil*, sendo referidos alguns problemas no que tocava à assiduidade. Eram mencionadas dificuldades nas tarefas escolares, que não se empenhava para ultrapassar, referindo-se também a ausência de acompanhamento parental. Em relação ao António, este era apontado como *mal-educado com adultos e colegas*, assumia comportamentos desajustados em contexto de sala de aula, sendo referidas *dificuldades de concentração, imaturidade e falta de responsabilidade*. Não obstante apresentava bom relacionamento com pares, não evidenciando dificuldades de integração.

Em informação mais recente, foi comunicado que o António e o Miguel se encontravam em abandono escolar, situação que foi regularizada após comunicação com o pai. A Sara apresentava um percurso regular, mostrando-se mais interessada e empenhada face à aprendizagem e às tarefas escolares.

## **Sara**

### **a) Observação do comportamento**

A avaliação da Sara foi dividida em duas sessões, por questões de disponibilidade de tempo. A jovem mostrou-se, em ambas, calma e assumiu uma postura colaborante e interessada nas tarefas propostas. Manteve a orientação auto e alopsíquica, temporal e espacial. Apresentou-se com vestuário adequado, aparência cuidada e idade aparente correspondente à idade cronológica.

## **António**

### **a) Observação do comportamento**

O António mostrou-se disponível e colaborante face à avaliação, embora se tenha mostrado um pouco ansioso e retraído, evitando por vezes o contacto visual. Demonstrou estar orientado auto e alopsiquicamente, no tempo e no espaço, com atenção dirigida.

Apresentou uma imagem cuidada, revelando preocupação com a sua aparência. Idade aparente consonante com a idade cronológica.

## **Miguel**

### **a) Observação do comportamento**

O Miguel evidenciou uma postura calma e colaborante face à avaliação. Demonstrou estar orientado auto e alopsiquicamente, no tempo e no espaço, com atenção adequada. Revelou preocupação com a sua aparência, comparecendo com apresentação cuidada. Idade aparente consonante com a idade cronológica.

### **Resultados e formulação**

Conjugando todos os dados recolhidos, os três jovens revelaram, de um modo geral, ter um funcionamento psicológico normativo.

A Sara evidenciou ser emocionalmente estável e ter um bom autoconceito, sendo de destacar os fatores *estatuto intelectual*, *popularidade* e *satisfação-felicidade*, nos quais respondeu positivamente a todos os itens.

Quanto ao António, este revelou ser um pouco introvertido, o que se espelha nas respostas negativas aos itens do EPQ-Júnior “Gostas de contar anedotas ou histórias com piada aos amigos”, “Consegues descontrair-te e divertir-te muito numa festa animada” e afirmativa ao item da EACPHC “Sou uma pessoa tímida”. Estes dados são consonantes com a observação do seu comportamento durante a sessão de avaliação, onde denotou alguma renitência no contacto interpessoal. No entanto, tal não sugere ser problemático, na medida em que não são apontadas, nas restantes fontes de informação, referências a dificuldades de integração ou relacionamento com pares e adultos.

Relativamente ao Miguel, o jovem demonstrou ter um bom autoconceito e estabilidade emocional, verificando-se respostas normativas em todos os itens dos instrumentos administrados.

São de contemplar as dificuldades escolares apresentadas pelos três jovens, que podem ser atribuídas à sua vivência familiar. A Sara revelou no CDI “Tenho sempre que me esforçar muito para fazer os meus trabalhos escolares” e “Os meus resultados escolares já foram melhores”, embora responda afirmativamente ao item da EACPHC “Faço bem os meus trabalhos escolares”. Já o António respondeu negativamente ao mesmo item da EACPHC, respondeu sim ao item “Andas com frequência na lua quando estás a fazer um trabalho” do EPQ-Júnior e no CDI respondeu “Muitas vezes tenho de me esforçar para fazer os meus trabalhos escolares” e “Os meus resultados escolares já foram melhores”. O Miguel respondeu negativamente ao item “Faço bem os meus trabalhos escolares” e no CDI “Muitas vezes tenho de me esforçar para fazer os meus trabalhos escolares” e “Os meus resultados escolares já foram melhores”.

Integrando os dados recolhidos através da consulta processual e da observação clínica, com os dados obtidos pelos instrumentos de avaliação psicológica administrados aos três jovens, constata-se que não existem indícios da presença de sintomatologia psicopatológica nem de instabilidade emocional.

Assim, apesar de a conflitualidade parental sempre ter pautado as dinâmicas familiares, sendo os jovens continuamente expostos a um ambiente instável, esta exposição não revelou ter tido impacto no seu funcionamento psicológico ou estabilidade emocional. Considera-se um fator de proteção o facto de os jovens terem no progenitor uma figura afetiva de referência, que é responsivo às suas necessidades e é capaz de exercer a parentalidade de forma adequada (Coutinho & Sani, 2008b; Machado, 2009). É de salientar que, em contexto escolar, existem claras diferenças no comportamento e aproveitamento apresentado pelos três jovens, entre a fase em que se verificavam conflitos familiares e a atualidade, após a saída definitiva da D. Mariana do agregado (Brancalhone et al., 2004; Coutinho & Sani, 2008a).

Destacam-se as relações afetivas fortes entre os irmãos, o que, de acordo com Cummings & Smith (1993), é comum encontrar junto de irmãos expostos a violência interparental, sendo que estes desenvolvem comportamentos positivos entre si, em resposta aos comportamentos desajustados dos adultos, funcionando tal também como fator de proteção (Coutinho & Sani, 2008b).

#### **4) Susana**

A Susana tinha 13 anos à data da avaliação. Vivia com a mãe, D. Elsa, e a irmã mais nova, Matilde, de 11 anos, estando o pai, Sr. Pedro, ausente no estrangeiro a trabalhar. Tem uma irmã sanguínea, Patrícia, de 21 anos, que residia com os avós paternos desde os 12 anos de idade. Os progenitores viviam em união de facto há cerca de vinte anos. Os pais da D. Elsa residiam em outra cidade, mantendo esta contactos pontuais e referindo contar com o apoio destes. O Sr. Pedro não teve contacto com os seus pais durante vários anos, pelo que a Susana e a Matilde só conheceram os avós paternos há cerca de três anos.

Ambas as menores foram sinalizadas à CPCJ de Matosinhos em 2012, pela PSP, na sequência de a progenitora ter mencionado na escola das filhas que era vítima de violência doméstica havia quinze anos. A D. Elsa afirmou que o Sr. Pedro tinha um problema de alcoolismo, tendo referido que a tinha agredido alguns dias antes, tendo-lhe arremessado objetos. Acrescentou que desde que perdeu o emprego, este não permitia que utilizasse o fogão, nem que ela e as filhas tomassem banho e ainda que afirmava que a mulher e as filhas eram pertença sua. Neste sentido, foi acionada aquela força policial e a D. Elsa e as duas menores foram integradas em casa abrigo. Os processos de promoção e proteção na CPCJ de Matosinhos foram arquivados liminarmente, uma vez que se encontravam a decorrer processos judiciais de promoção e proteção, em acompanhamento na EMAT.

Os processos das menores foram reabertos em 2015, na sequência de um novo episódio de violência doméstica, no qual o pai terá agredido a mãe com *vários socos na cabeça, tal como com diversos palavrões ofensivos à sua honra e consideração*, o que aconteceu na presença das filhas.

A D. Elsa afirmou, em contexto de atendimento, que voltou para o companheiro cerca de uma semana após o julgamento no âmbito do processo-crime que originou a primeira sinalização, por pressão exercida por este. Afirmou que o mesmo lhe dizia que as técnicas da casa abrigo iriam fazer uma má avaliação de si como mãe e iriam retirar-lhe as filhas se não tornasse a residir com ele. De facto, a D. Elsa afirmou que o Sr. Pedro lhe fazia ameaças deste tipo frequentemente, demonstrando crenças erróneas quanto às responsabilidades parentais, designadamente *perder o direito às filhas se saísse de casa*, evidenciando bastante ansiedade face à possibilidade de ser afastada das mesmas. Disse considerar que as filhas não eram felizes. Referiu que a Susana tinha sido acompanhada em pedopsiquiatria *desde os 3 ou 4 anos, porque tinha medos*. Em informação remetida posteriormente pela pedopsiquiatra, esta comunicou que a Susana não apresentava *necessidade de cuidados médicos pela especialidade de pedopsiquiatria (...) sendo as questões trazidas pela família unicamente do âmbito social*, pelo que lhe foi dada alta da consulta.

A D. Elsa estava inserida laboralmente, exercendo atividade profissional numa fábrica de corte de carnes e o Sr. Pedro encontrava-se desempregado, sendo beneficiário de RSI, usufruindo de acompanhamento social por parte de uma entidade de primeira linha no âmbito desta medida. Segundo a informação remetida pela mesma entidade, não houve indícios de terem ocorrido novas situações de violência desde que o casal reatou a relação.

No âmbito do processo-crime por violência doméstica, foi imposta ao Sr. Pedro a frequência de um programa de tratamento do alcoolismo. A sua participação neste projeto decorreu com *várias*

*oscilações, devido aos seus déficits de competências sociais, assumindo que o seu padrão de valores é inabalável e qualquer percepção de injustiça provocada por um elemento externo obtém uma resposta agressiva e desajustada.*

Segundo o Sr. Pedro, ocorriam discussões entre o casal devido a ciúmes seus, uma vez que a D. Elsa diria, por vezes, que ia trabalhar, mas tal não se verificava. Admitiu existirem agressões verbais, contudo não considerava que houvesse mau ambiente familiar. Afirmou que, em caso de separação, ambos queriam a guarda das filhas.

Algum tempo depois a D. Elsa manifestou intenção de abandonar a habitação, o que veio a efetivar-se mais tarde na sequência de uma discussão entre o casal. A mãe e as duas menores foram residir para casa de uma irmã, D. Sónia, que prestou algum apoio nesta fase. Apenas algum tempo depois, o casal tornou a reatar o relacionamento.

Quanto à situação escolar, a Susana tinha reprovado no ano letivo 2013/2014, apontando a informação escolar do ano letivo 2014/2015 para uma melhoria do aproveitamento. No ano 2015/2016 houve novamente um decréscimo do aproveitamento, sendo considerado que possuía competências para melhorar, tendo sido encaminhada para apoios educativos, pese embora evidenciasse um comportamento satisfatório e fosse empenhada nas tarefas letivas. A acrescentar há que a D. Elsa se mostrava envolvida na vida escolar da Susana, comparecendo às reuniões convocadas e espontaneamente na escola a fim de se informar acerca do seu desempenho escolar.

No âmbito da medida de promoção e proteção aplicada, as duas menores foram encaminhadas para acompanhamento psicológico.

O Sr. Pedro integrou posteriormente trabalho em França. Segundo informação da entidade que acompanhava a medida de RSI, ter-se-á verificado um agudizar do comportamento possessivo e das desconfianças do mesmo, o que terá conduzido a várias discussões, presenciais e via *Skype*, que se prendiam sobretudo com questões da sexualidade do casal, às quais as duas menores assistiam. Além do mais,

o pai pedia frequentemente às filhas que lhe relatassem o quotidiano da mãe. Foi acrescentado que o Sr. Pedro teria exigido que a D. Elsa abandonasse a habitação até ao seu regresso a Portugal, ameaçando-a de morte caso não o fizesse.

No entanto, os progenitores tornaram a reconciliar-se, encontrando-se, à data da avaliação, a situação familiar estável.

#### **a) Observação do comportamento**

A Susana evidenciou uma postura calma e colaborante face à avaliação. Demonstrou-se orientada auto e alopsiquicamente, temporal e espacialmente e manteve uma atenção adequada. Apresentou uma aparência cuidada e idade aparente correspondente à idade cronológica.

#### **b) Resultados e formulação**

A Susana evidenciou, de um modo geral, ausência de sintomatologia psicopatológica, revelando estabilidade emocional. É de salientar que a jovem mostrou ter um bom autoconceito, com especial enfoque na dimensão *aparência física*, visível pelas respostas positivas a todos os itens (Dias & Gonçalves, 1999). No entanto, são de notar as respostas afirmativas às questões da dimensão *psicoticismo* “Gostas de fazer mal às pessoas de quem gostas?”, “Tens o hábito de te divertir com piadas que podem realmente magoar os outros?”, “Gostas de te divertir a arrelhar outras crianças?” e “Gostas de pregar partidas de mau gosto aos outros?”, que sugerem alguma alteração do funcionamento psicológico da jovem, que revela ter pouca capacidade de empatia e baixa ressonância afetiva (Fonseca, 1989). Este facto pode decorrer de uma regulação emocional desadequada, propiciada pela ausência afetiva dos cuidadores (Burman & Duffy-Feins, 2007; Keenan & Shaw, 2003). Pode justificar-se também com a possibilidade de ter desenvolvido um padrão de vinculação evitante, que a leva a não estabelecer relações de grande proximidade (Bowen, 2009; Fantuzzo et al., 1991; Sani, 2011). A jovem apresenta também alguns indícios de

somatização, constatados pelas respostas “Durmo muitas vezes mal” no CDI e “quase sempre” aos itens “Tenho as mãos suadas” e “Custa-me adormecer à noite” do STAIC.

É de salientar que a Susana evidenciou, ao longo do seu percurso escolar, oscilações no que toca ao aproveitamento, que se verificam ser coincidentes com as fases de maior instabilidade familiar. No momento da avaliação, os pais tinham reatado o relacionamento e é de salientar que a jovem respondeu no CDI “estou muito mal a disciplinas que dantes era bom(boa)” (Brancahne et al., 2004; Coutinho & Sani, 2008a).

Ainda relativamente ao CDI, são de destacar as respostas “nunca vou conseguir ser tão bom(boa) como os outros”, “sinto-me sempre cansado(a)” e “tenho a certeza que me vão acontecer coisas horríveis”, que traduzem sentimentos de vulnerabilidade, insegurança e inferioridade (Burman & Duffy-Feins, 2007).

## **5) Francisca**

A Francisca tinha 16 anos à data da avaliação e frequentava o 8º ano de escolaridade. Residia com os progenitores, D. Sílvia, de 34 anos, e Sr. Filipe, de 38 anos, e com os dois irmãos mais novos, Lara de 11 anos e Ivo de 5. Os pais da Francisca estavam casados há dezassete anos. A mãe estava desempregada e o pai exercia atividade profissional como motorista de pesados. De acordo com a sua informação de saúde, a Francisca foi acompanhada em ortopedia pediátrica, devido a instabilidade da rótula, tendo tido alta após acompanhamento em medicina física e reabilitação.

A sinalização da Francisca e dos irmãos à CPCJ de Matosinhos foi motivada por uma denúncia feita pela mãe por violência doméstica. No episódio em apreço, a mãe solicitou a intervenção da PSP, tendo afirmado que o seu marido a tinha injuriado, dizendo-lhe *és uma puta, és uma vaca*, referindo que era sujeita a agressões verbais recorrentes por parte deste. Acrescentou que o Sr. Filipe consumia frequentemente álcool de forma abusiva. Mencionou também que tinha já sofrido

agressões físicas perpetradas pelo mesmo, contudo nunca apresentou queixa às autoridades. O Sr. Filipe, ao ser confrontado com as acusações da esposa, afirmou que ambos se tinham injuriado mutuamente, na sequência de uma discussão pontual, o que considerava, contudo, não ser motivo para a intervenção da PSP. Na mesma ocasião, a Francisca e a Lara afirmaram por diversas vezes aos agentes da PSP que a mãe estava a mentir, afirmando que *o pai tratava bem de toda a família*.

Posteriormente, perante a Comissão, a mãe assumiu que as suas acusações eram falsas, designadamente no que diz respeito aos insultos, às agressões passadas e ao suposto alcoolismo do marido, garantindo que nunca foi vítima de violência doméstica, acrescentando que considerava o Sr. Filipe bom pai. Referiu que ficou *nervosa e maldisposta* com a discussão que tiveram, solicitando a intervenção da PSP *para acalmar os ânimos*, e que fez a denúncia *por vingança*.

Neste sentido, a Francisca e a Lara disseram considerar que os pais tinham uma boa relação, contudo afirmaram que as discussões conjugais eram frequentes, maioritariamente devido a ciúmes de parte a parte.

O Sr. Filipe negou que tivesse, em momento algum, existido violência conjugal. Reafirmou que no supramencionado episódio, o casal teve apenas uma discussão, sem recurso a qualquer tipo de violência física, reforçando que não entendia a razão de a esposa ter chamado a PSP. Aponta a D. Sílvia como histriónica e apelativa, acrescentando que cerca de um ano antes terá sido diagnosticada com uma depressão, para a qual foi devidamente acompanhada, encontrando-se estável.

Houve indicação posterior de que o processo-crime por violência doméstica que decorreu da situação relatada teria sido arquivado.

Segundo a informação escolar remetida, a Francisca apresentava duas reprovações no seu percurso. Verificam-se, à data da avaliação,

vários níveis negativos, destacando-se cumulativamente negativa a português e matemática, pelo que se encontrava novamente em risco de reprovação. Eram apontadas dificuldades na aprendizagem, potenciadas pela falta de concentração, de interesse e de estudo, sendo acompanhada a este nível pela psicóloga escolar. Em contrapartida, é referido que a jovem está bem integrada e é sociável, apresentando bom relacionamento com pares e adultos.

Era também mencionado que a D. Sílvia compareceu na escola sempre que foi solicitada, mostrando-se cooperante, embora fosse referido que era notória a sua dificuldade em exercer ascendência sobre a filha.

#### **a) Observação do comportamento**

A Francisca assumiu, de um modo geral, uma postura calma e colaborante face à avaliação, embora se tenha mostrado, em alguns momentos pouco envolvida nas tarefas. Apresentou-se com aspeto cuidado, orientada auto e alopsiquicamente, no tempo e no espaço, com idade aparente inferior à idade cronológica.

#### **b) Formulação**

A Francisca revelou ter um bom autoconceito, particularmente no que diz respeito à aparência física, tendo respondido pela positiva a todos os itens. São, no entanto, de salientar as respostas afirmativas aos itens da dimensão *psicoticismo* do EPQ-Júnior “Tens o hábito de te divertires com piadas que podem realmente magoar os outros?”, “Gostarias que as outras crianças tivessem medo de ti?”, “Gostas de te divertir a arreliar as outras crianças?”, situações face às quais a jovem revelou efetivamente satisfação durante a avaliação. Estas respostas traduzem a presença de uma baixa capacidade de empatia e fraca ressonância afetiva, denotando-se alguma hostilidade (Fonseca, 1989).

De facto, a exposição a situações de conflito tem impacto no desenvolvimento da empatia e do comportamento pró-social

(Georgsson et al., 2011), bem como a observação de comportamentos agressivos nas figuras parentais transmite a ideia de que esta é uma forma correta de atuar. A Francisca aparenta, portanto, ter interiorizado os padrões comportamentais observados no contexto familiar, estando a replicá-los nas interações sociais com os pares (Bandura, Ross, & Ross, 1961; Bandura, 1977; Bowen, 2009).

## VI. Discussão

Analisando os dados obtidos, constata-se que os jovens que foram alvo de estudo apresentam alguns dos efeitos descritos na literatura.

**Tabela 1.** Quadro-síntese das problemáticas evidenciadas pelos participantes (adaptado de Coutinho & Sani, 2008a)

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Ano escolaridade</i>	<i>Tempo de exposição a VC (anos)</i>	<i>Problemáticas reveladas</i>
<i>Margarida</i>	16	8º/9º (vocacional)	16	Depressão, ansiedade, isolamento social, vinculação insegura, insucesso escolar, baixo autoconceito
<i>David</i>	15	8º	2	Insucesso escolar
<i>Sara</i>	16	9º	16	Insucesso escolar
<i>António</i>	15	6º	15	Insucesso escolar, introversão
<i>Miguel</i>	13	6º	13	Insucesso escolar
<i>Susana</i>	13	7º	13	Baixa empatia, somatização, insucesso escolar
<i>Francisca</i>	16	8º	16	Baixa empatia, insucesso escolar

O efeito transversal a todos os jovens avaliados foi o agravamento do desempenho escolar (Brancahorne et al., 2004) verificando-se em todos os participantes pelo menos uma reprovação. Este efeito verificou-se inclusivamente no caso do David, que demonstrou não ter sofrido impacto no seu funcionamento psicológico, o que pode levar a considerar-se que esta é uma dimensão com grande suscetibilidade de ser afetada pela vivência de um ambiente familiar violento. Estes efeitos são observáveis nas respostas dadas por todos os participantes aos itens do EPQ-Júnior “Andas com frequência na lua

quando estás a fazer um trabalho?”, nas respostas aos itens 15 e 23 do CDI e ao item “Faço bem os meus trabalhos escolares” da EACPHC.

Verifica-se também grande incidência em questões que podem ser remetidas para as relações precoces, como os padrões de vinculação estabelecidos na infância (Burman & Duffy-Feins, 2007; Cyr et al., 2010), destacando-se a dependência afetiva e a violência psicológica perpetrada pela Margarida na relação com o namorado, decorrente do padrão de vinculação insegura que desenvolveu (Bookwala, 2002; Hesse & Main, 2000). A Margarida ilustra também a tendência de a exposição a violência conjugal levar a criança que a presencia a incorrer em relações amorosas abusivas num estágio posterior do seu ciclo de vida (Burman & Duffy-Feins, 2007), no seu caso enquanto agressora (Bowen, 2009). Foram encontradas também dificuldades ao nível das competências sociais e relacionais (Coutinho & Sani, 2008a; Fantuzzo et al., 1991), o que se verificou de forma mais evidente na Margarida, na Susana e na Francisca.

No presente trabalho as raparigas evidenciaram ter sofrido mais consequências ao nível do funcionamento psicológico que os rapazes. Tendo em conta que na maioria das situações apresentadas a violência é dirigida contra a mulher, tal pode ser sustentado pela identificação das jovens com o papel das mães (Burman & Duffy-Feins, 2007), motivada pela semelhança ao nível do género (Bandura, 1977).

Verificou-se também que as consequências apresentadas pelos jovens não variam em função do tipo de violência perpetrada, dado que se observaram efeitos semelhantes entre jovens expostos a violência física, a violência psicológica, ou a ambas as formas.

Digno de nota é também o facto de todos os participantes terem respondido positivamente no item do STAIC “Preocupo-me com os meus pais”, o que traduz a vivência familiar.

## **VII. Conclusões**

O presente estudo partiu de uma revisão da literatura existente no âmbito da exposição de crianças e jovens a violência conjugal, tendo observado em casos concretos os efeitos descritos.

Considera-se que constitui uma vantagem a utilização da metodologia de estudo de caso, dado que permite olhar para este fenómeno e para o indivíduo em particular, no seu todo, de diferentes perspetivas (Thomas, 2011). A abordagem pautou-se, assim, por uma análise qualitativa e aprofundada do contexto psicossocial de jovens que vivenciaram esta exposição, observando-se em pessoas os efeitos traduzidos em números dos estudos quantitativos.

Assumem-se também como pontos positivos o facto de a amostra ser relativamente heterogénea, ao conter um número equilibrado de raparigas e rapazes, incluir uma fratria e um caso em que a vítima é do sexo masculino, bem como a presença nos casos analisados de vários tipos de violência, designadamente física, psicológica, social e perseguição.

Por outro lado, destacam-se algumas limitações. Em primeiro lugar, surge o modo como foi recolhida a informação relativa à história dos sujeitos. O PPP constitui efetivamente uma fonte privilegiada de informação, centrada sobretudo no contexto psicossocial e no sistema familiar e comunitário, decorrente da abordagem ecológica adotada no tratamento das situações de perigo pelas CPCJ, fornecendo informações de extrema relevância para a compreensão de toda a envolvência da criança. No entanto, a consulta processual não permite obter dados individuais e específicos relativamente ao processo de desenvolvimento da criança ou jovem, ou ter uma perceção adequada acerca das relações familiares, questões que poderiam ser exploradas aprofundadamente através da anamnese.

Outra limitação que pode ser apontada ao presente estudo é o facto de ter sido administrada a versão júnior do Questionário de Personalidade de Eysenk (EPQ-Júnior), a todos os participantes, apesar

de a faixa etária a que se destina ter como limite superior os 15 anos. Esta decisão prendeu-se com a necessidade de adequar o instrumento aos participantes, dado que estes revelaram falta de estimulação e de raciocínio crítico, bem como limitações ao nível da compreensão verbal. Tal foi sustentado com as dificuldades apresentadas pelos mesmos ao nível da compreensão verbal, designadamente em entender o significado de vocábulos utilizados nos instrumentos de avaliação aplicados (e.g. monótona, ressentir, impopular), tendo sido necessário recorrer a sinónimos e a uma linguagem simplificada para clarificar as questões. Desta forma, considerou-se que os participantes não seriam capazes de responder a essas questões, ou não seriam capazes de o fazer de forma fiável. Foi também inicialmente incluída no protocolo de avaliação a Child Behavior Checklist (CBCL), por ter sido considerada uma boa forma de triangular informação e de obter a perspetiva dos pais acerca do comportamento dos jovens. No entanto, esta acabou por ser descartada no decorrer da investigação, por ser muito extensa, o que se revelou um constrangimento face ao contexto no qual foi recolhida a amostra, bem como por terem sido constatadas dificuldades por parte dos pais em responder.

Ao nível da literatura, constatou-se que a maior parte das referências neste âmbito aponta para a violência contra as mulheres, tomando frequentemente como pressuposto que a mulher é sempre a vítima e o homem é sempre o agressor, colocando subjacentes as questões de género enquanto causas principais da violência conjugal. Neste âmbito é de salientar a existência de muitas referências datadas, essencialmente anos 90, que pode justificar-se com o aumento exponencial da investigação e publicação no âmbito desta temática nas décadas de 80 e 90. É também de referir que a literatura consultada é sobretudo referente a dados dos EUA.

Partindo das observações decorrentes do presente estudo, sugere-se que linhas de investigação futuras passem pela análise dos padrões de vinculação estabelecidos pelas crianças com os seus

cuidadores em contextos de exposição a violência conjugal. A necessidade de estudos longitudinais neste âmbito é também algo transversal na literatura, considerando-se que o acompanhamento do percurso de vida de sujeitos com este tipo de vivências contribuiria, em larga medida, para o melhor entendimento do impacto que estas têm no seu ajustamento futuro.

### **Referências bibliográficas:**

- Agulhas, R., & Anciães, A. (2014). *Casos Práticos em Psicologia Forense*. (R. Agulhas & A. Anciães, Eds.) (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ainsworth, M. D. S. (1979). Infant-mother attachment. *The American Psychologist*, 34(10), 932–937. <http://doi.org/10.1037/0003-066X.34.10.932>
- Archer, J. (2004). Sex Differences in Aggression in Real-World Settings: A Meta-Analytic Review. *Review of General Psychology*, 8(4), 291–322. <http://doi.org/10.1037/1089-2680.8.4.291>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2016). <http://www.apav.pt/vd>. Último acesso em 17 de setembro de 2016.
- Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63, 575–582. <http://doi.org/10.1037/h0045925>
- Bergman, B., & Brismar, B. (2010). Assailants and Victims: A Comparative Study of Male Wife-Beaters and Battered Males. *Journal of Addictive Diseases*, 12(4), 1–10. <http://doi.org/10.1300/J069v12n04>
- Bookwala, J. (2002). The Role of Own and Perceived Partner Attachment in Relationship Aggression. *Journal of Interpersonal*

- Violence*, 17(1), 84–100.  
<http://doi.org/10.1177/0886260502017001006>
- Bowen, E. L. (2009). Part I Theory. In E. L. Bowen (Ed.), *Domestic Violence Treatment for Abusive Women* (pp. 3–44). New York: Routledge.
- Brancalhone, P. G., Fogo, J. C., & Williams, L. C. de A. (2004). Crianças Expostas à Violência Conjugal: Avaliação do Desempenho Académico. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 20(2), 113–117.
- Burman, S., & Duffy-Feins, P. (2007). Children Witnessing Parental Violence. In N. A. Jackson (Ed.), *Encyclopedia of Domestic Violence* (pp. 156–160). New York: Taylor & Francis Group.
- Buzawa, E. (2007). Victims of Domestic Violence. In R. C. Davis, A. J. Lurigio, & S. Herman (Eds.), *Victims of Crime* (pp. 55–74). Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc.
- Cassel, E., & Bernstein, D. A. (2007a). The Development of Crime From Early Childhood to Adolescence. In E. Cassel & D. A. Bernstein (Eds.), *Criminal Behavior* (2nd ed., pp. 151–170). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Cassel, E., & Bernstein, D. A. (2007b). Violent Crimes. In E. Cassel & D. A. Bernstein (Eds.), *Criminal Behavior* (2nd ed., pp. 187–212). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Cater, Å. K. (2014). Childrens' Descriptions of Participation Processes in Interventions for Children Exposed to Intimate Partner Violence. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 31(5), 455–473. <http://doi.org/10.1007/s10560-014-0330-z>
- Código Penal. Retirado de [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=109&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis). Último acesso a 23 de março de 2016.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2016) Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens: Relatório Anual 2015. Retirado de:

- [http://www.cnpcjr.pt/preview\\_documentos.asp?r=5752&m=PDF](http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=5752&m=PDF).
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2008a). A experiência de vitimação de crianças acolhidas em casa de abrigo. *Revista Da Faculdade de Ciências Humanas E Sociais*, 5, 188–201. Retirado de: <http://hdl.handle.net/10284/910>
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2008b). Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição à violência interparental. *Revista Da Faculdade de Ciências Da Saúde*, 5, 284–293. Retirado de: <http://hdl.handle.net/10284/970>
- Cummings, E. M., & Smith, D. (1993). The impact of anger between adults on siblings' emotions and social behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 34(8), 1425–1433. <http://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1993.tb02100.x>
- Cyr, C., Euser, E. M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Van Ijzendoorn, M. H. (2010). Attachment security and disorganization in maltreating and high-risk families: a series of meta-analyses. *Development and Psychopathology*, 22(1), 87–108. <http://doi.org/10.1017/S0954579409990289>
- Dantas-Berger, S. M., & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 21(2), 417–425. <http://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000200008>
- Dias, P., & Gonçalves, M. (1999). Avaliação da Ansiedade e da Depressão em Crianças e Adolescentes (STAIC-C2, CMAS-R, FSSC-R e CDI): Estudo normativo para a população portuguesa. In A. P. Soares, S. Araújo, & S. Caires (Eds.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (Vol. VI, pp. 553–564). Braga: APPORT.
- Doerner, W. G., & Lab, S. P. (2008). Intimate Partner Violence. In W. G. Doerner & S. P. Lab (Eds.), *Victimology* (5th ed., pp. 193–245). New Jersey.
- Erikson, E. (1972). *Adolescence et crise*. Paris: Flammarion.

- Fantuzzo, J. W., DePaola, L. M., Lambert, L., Martino, T., Anderson, G., & Sutton, S. (1991). Effects of Interparental Violence on the Psychological Adjustment and Competencies of young Children, *59*(2), 258–265. <http://doi.org/10.1037/0022-006X.59.2.258>
- Felson, R. B., & Cares, A. C. (2005). Gender and the Seriousness of Assaults on Intimate Partners and Other Victims. *Journal of Marriage and Family*, *67*(December), 1182–1195. <http://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2005.00209.x>
- Figueiredo, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (II): Considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, Investigação E Prática*, *3*, 197–216. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/41713>
- Fonseca, A. C. (1989). Estudo intercultural da personalidade EPQ-júnior. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 323–345.
- Garvey, A., & Silva, M. (2010). Development of communication, self and emotions in childhood: contributions from the relational and dialogical perspectives. *Educar Em Revista*, *1*(36), 55–64. <http://doi.org/10.1590/S0104-40602010000100005>
- Georgsson, A., Almqvist, K., & Broberg, A. G. (2011). Dissimilarity in Vulnerability: Self-Reported Symptoms Among Children with Experiences of Intimate Partner, 539–556. <http://doi.org/10.1007/s10578-011-0231-8>
- Gosselin, D. K. (2007). Forms of Intimate Partner Violence. In N. A. Jackson (Ed.), *Encyclopedia of Domestic Violence* (pp. 408–415). New York: Taylor & Francis Group.
- Hesse, E., & Main, M. (2000). Disorganized Infant, Child, and Adult Attachment: Collapse in Behavioral and Attentional Strategies. *Journal of American Psychoanalytic Association*, *48*, 1097–1127. <http://doi.org/10.1177/00030651000480041101>
- Holden, G. W. (2003). Children exposed to domestic violence and child abuse: Terminology and taxonomy. *Clinical Child and Family Psychology Review*. <http://doi.org/10.1023/A:1024906315255>

- Keenan, K., & Shaw, D. S. (2003). Starting at the Beginning: Exploring the Etiology of Antisocial Behavior in the First Years of Life. In B. B. Lahey, T. E. Moffitt, & A. Caspi (Eds.), *Causes of Conduct Disorder and Juvenile Delinquency* (pp. 153–181). New York: The Guilford Press.
- Kilpatrick, K. L., Litt, M., & Williams, L. M. (1997). Post-Traumatic Stress Disorder in Child Witnesses to Domestic Violence. *American Journal of Orthopsychiatry*, 67(4), 639–644. <http://doi.org/10.1037/h0080261>
- Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro. (2007). Retirado de: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=930&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=930&tabela=leis). Último acesso em 17 de setembro de 2016.
- Lourenço, L. M., Baptista, M. N., Senra, L. X., Almeida, A. A., & Bona, F. M. de C. (2013). Consequences of Exposure to Domestic Violence for Children: A Systematic Review of the Literature. *Paidéia*, 23(55), 263–271. <http://doi.org/10.1590/1982-43272355201314>
- Machado, T. (2009). Vinculação aos pais: retorno às origens. *Psicologia, Educação E Cultura*, XIII(1), 139–156. Retirado de: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15052>
- McManiman, J. (2001). The Invisibility of Men's Pain. In B. Everett & R. Gallop (Eds.), *The Link Between Childhood Trauma and Mental Illness* (pp. 253–270). Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc.
- Nicolaidis, C., & Paranjape, A. (2009). Defining Intimate Partner Violence: Controversies and Implications. In C. Mitchell & D. Anglin (Eds.), *Intimate partner violence: A health-based perspective* (pp. 19–29). New York: Oxford University Press.
- Parmley, a. M. M. (2004). Violence Against Women Research Post VAWA: Where Have We Been, Where Are We Going? *Violence Against Women*, 10(12), 1417–1430. <http://doi.org/10.1177/1077801204270682>

- Rennison, C. M. (2001). *Criminal victimization 2000: Changes 1999-2000 with trends 1993-2000*. U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Statistics. Washington, DC. Retirado de <http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/cv01.pdf>.
- Ribeiro, M. C. O., & Sani, A. I. (2009). Risco, protecção e resiliência em situações de violência. *Revista Da Faculdade de Ciências Da Saúde, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa*, 6, 400–407. Retirado de: <http://hdl.handle.net/10284/1294>
- Sani, A. (2011). *Crianças Vítimas de Violência: representações e impacto do fenómeno*. (A. Sani, Ed.). Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Sistema de Segurança Interna (2015). Relatório Anual de Segurança Interna 2014. Retirado de: <http://www.portugal.gov.pt/media/6877606/20150331-rasi-2014.pdf>
- Sistema de Segurança Interna (2016). Relatório Anual de Segurança Interna 2015. Retirado de: <http://www.portugal.gov.pt/media/18859123/20160331-rasi-2015.pdf>
- Stephens, D. L. (1999). Battered Women's Views of Their Children. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(7), 731–746. <http://doi.org/10.1177/088626099014007004>
- Thomas, G. (2011). *How to do Your Case Study: A Guide for Students & Researchers*. (G. Thomas, Ed.). London: Sage Publications, Inc.
- Tjaden, P., & Thoennes, N. (2000). Prevalence and Consequences of Male-to-Female and Female-to-Male Intimate Partner Violence as Measured by the National Violence Against Women Survey. *Violence Against Women*, 6(2), 142–161. <http://doi.org/10.1177/10778010022181769>
- Turvey, B. E. (2009). Intimate Violence. In B. E. Turvey & W. Petherick (Eds.), *Forensic Victimology: Examining Violent Crime Victims in Investigative and Legal Contexts* (pp. 299–327).

Amsterdam: Elsevier.

- Veiga, F. H. (1989). *Escala de autoconceito: adaptação portuguesa do «Piers-Harris Children's Self-Concept Scale»*. Lisboa.
- Veiga, F. H. (2006). Uma nova versão da escala de autoconceito Piers-Harris Children's Self-Concept Scale (PHCSCS-2). *Psicologia E Educação*, V(1), 39–48.
- Walker, L. (2009a). Descriptions of Violence and the Cycle of Violence. In L. E. A. Walker (Ed.), *The Battered Woman Syndrome* (3<sup>a</sup> ed., pp. 85–105). New York: Springer Publishing Company, LLC.
- Walker, L. (2009b). Learned Helplessness, Learned Optimism and Battered Woman. In L. Walker (Ed.), *The Battered Woman Syndrome* (3<sup>a</sup> ed., pp. 69–84). New York: Springer Publishing Company, LLC.
- Wolhuter, L., Olley, N., & Denham, D. (2009). Women victims - domestic terror and female victimization. In L. Wolhuter, N. Olley, & D. Denham (Eds.), *Victimology: Victimisation and Victims' Rights* (pp. 51–73). London: Routledge Cavendish.
- Yin, R. K. (2014). *Case Study Research: Design and Methods*. (R. K. Yin, Ed.). Los Angeles: Sage Publications, Inc.